G DIAS PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ Nº 14.275.268/0001 – 40 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. a aprovação desse Relatório e das respectivas Demonstrações Contábeis. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Ananindeua-PA, 04 de abril de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021. **Em Milhares de R$**

ATIVO	N.E	2021	2020
CIRCULANTE		**10.255**	**5.813**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	2.721	12
Contas a Receber	6	2.252	870
Outros Créditos		5.282	4.931
NÃO CIRCULANTE		**139.576**	**125.334**
Partes Relacionadas		5.544	4.540
Participações Societárias		133.964	120.746
Imobilizado Líquido		68	48
ATIVO TOTAL		**149.831**	**131.147**
PASSIVO			
CIRCULANTE	4.2	**2.239**	**4.189**
Fornecedores		672	661
Obrigações Sociais e Trabalhistas		106	124
Obrigações Tributárias		64	222
Outros Créditos		1.397	3.182
NÃO CIRCULANTE		**12.619**	**3.100**
Partes Relacionadas	7	11.199	1.934
Outras Obrigações		1.420	1.166
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**134.973**	**123.858**
Capital Social Realizado	10	4.365	4.365
Reservas de Lucros		728	2.568
Reservas Reflexas		129.880	116.925
PASSIVO TOTAL		**149.831**	**131.147**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (D.R.E.) FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

Em Milhares de R$

NOMENCLATURAS	N.E	2021	2020
(=) DESPESAS OPERACIONAIS		**(11)**	**(7)**
- Administrativas		(11)	(7)
(=) RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	10	26	39
(=) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	12	(6)	1.531
(=) LUCRO DO EXERCÍCIO		**9**	**1.563**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (D.F.C.)DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

Milhares de R$

NOMENCLATURAS	2021	2020
1 – AJUSTES PARA CONCILIAÇÕES COM O CAIXA	**26**	**1.531**
1.1 – Lucro do Exercício	9	1.563
2 – Ajustes p/ Conciliação com o Resultado	**17**	**(32)**
2.1 – Depreciações	11	7
2.2 - Ganhos (Perdas) na Equivalência Patrimonial	6	(39)
3 – DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(4.685)**	**(573)**
3.1 - Contas a Receber	(1.382)	7
3.2 – Outros Ativos Circulantes	(336)	(187)
3.3 – Adiantamentos a Fornecedores	(20)	-0-
3.4 -Créditos com Empregados	7	-0-
3.5 – Partes Relçacionadas	(1.004)	(3.584)
3.6 - Fornecedores	11)	608
3.7 – Obrigações Trabalhistas e Sociais	(17)	(224)
3.8 – Obrigações Tributárias	(159)	11
3.9 - Lucros a Distribuir	(1.727)	-0-
3.10– Outras Obrigações	(58)	2.796
4 – DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(13.256)**	**(2.888)**
4.1 – Aquisições de Bens para o Imobilizado	(32)	(18)
4.2 - Direitos a Receber a Longo Prazo	-0-	(3.269)
4.3 – Geração de Investimentos	(14)	4.441
4.4 – Contas Reflexas s/ PL das Controladas	(13.210)	(4.042)
5 – ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**20.624**	**1.934**
5.1 – Partes Relacionadas	9.519	1.850
5.2 – Outros Créditos à Longo Prazo	-0-	1.165
5.3 – Aumento/Diminuição de Reservas	(1.850)	(5.378)
5.4 – AFAC	(255)	255
5.5. – Contas Reflexas s/PL das Controladas	13.210	4.042
6= CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES	**2.709**	**4**
7 – VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	**2.709**	**4**
7.1- No Fim doExercício	2.721	12
7.2- No Início do Exercício	12	8

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (D.M.P.L.) DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de R$

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS REFLEXAS	LUCRO ACUMULADO	AFAC	PATRIM. LÍQUIDO TOTAL
- Saldo em 31.12.2019	**4.365**	**6.383**	**112.628**			**123.376**
Lucro do Exercício				**1.563**		**1.563**
Constituição Reserva de Lucro		1.454		(1.454)		
Dividendos Distribuídos		(5.269)				(5.269)
Compensação de Prejuízo Contábil				(109)		**(109)**
Adiantamento de Acionista p/AFAC					255	**255**
Estorno de Reserva Reflexa			(112.628)			**(112.628)**
Constituição de Reserva Reflexa			116.670			**116.670**
- Saldo em 31.12.2020	**4.365**	**2.568**	**116.670**	**0,00**	**255**	**123.858**
Lucro do Exercício				9		9
Dividendos Distribuídos				(9)		(9)
Estorno de Reserva Reflexa			(116.670)			**(116.670)**
Constituição de Reserva Reflexa			129.880			**129.880**
Realização Reserva de Lucro		(1.840)				**(1.840)**
Transf. para Exigível a L.Prazo					(255)	**(255)**
- Saldo em 31.12.2021	**4.365**	**728**	**129.880**	**0,00**	**0,00**	**134.973**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 -

1. Contexto operacional- A G.Dias Participações S.A.("Companhia") é uma Sociedade anônima de capital fechado, que tem por atividades a participação no capital de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário como controladora ou minoritária; gestão administrativa, financeira e investimentos em empresas controladas e/ou coligadas, bem como, aquisição, cessão e alienação de participações societárias. Com sede à Rodovia BR 316, Km 08, S/N, Sala 002, Bairro Águas Brancas, município de Ananindeua, Estado do Pará. A União Federal, reconheceu o estado de calamidade pública em todo o território nacional, relacionada ao coronavírus (covid/19), pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde – OMS. Os governos federal, estaduais e municipais, vêm adotando medidas para o enfrentamento desta emergência, tais como: distanciamento social e suspensão de atividades econômicas. Dentro desse contexto, a **G. DIAS PARTICIPAÇÕES S.A.,** em linha com as medidas estabelecidas pelo governo estadual, está adotando medidas administrativas econômicas – financeiras, como forma de preservar o seu fluxo de caixa para sua sustentabilidade empresarial. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis -** As demonstrações contábeis da Empresa foram elaboradas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Excepcionalmente, conforme possibilidade expressa no CPC nº 36 (R3) – Demonstrações consolidadas. Não estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis consolidadas. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão sendo divulgadas na Nota Explicativa nº 4. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada em 31 de dezembro de 2021. **3. Resumo das principais políticas contábeis -** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário: **(a) Moeda funcional e de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais (R$), onde tem o R$ como moeda funcional e de apresentação. **(b) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **(c) Instrumentos financeiros – empréstimos e recebíveis -** Instrumentos financeiros não derivativos incluem contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, bem como empréstimos e financiamentos, contas a pagar e outras dívidas. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado -** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento -** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Sociedade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis -** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem recebíveis diversos e caixa e equivalentes de caixa. **(d) Contas a receber de clientes terceiros e partes relacionadas -** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços e ou venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **(e) Redução do valor recuperável de ativos financeiros – Teste de *impairment* -** A Sociedade avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: **(i)** Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; **(ii)** Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; **(iii)** A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; **(iv)** Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; **(v)** O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e **(vi)** Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: ***** Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; *****Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(f) Imposto de Renda e Contribuição Social -** A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são calculados com base no Regime Tributário de presunção, devidamente calculados s/a receita bruta de suas atividades fins e sobre outras receitas, base de tributações, conforme legislação tributária em vigor, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela trimestral excedente e a contribuição social calculada à alíquota de 9%. **(g) Participações societárias -** Estão sendo avaliadas pelo método de equivalência, sendo o resultado auferido nestes investimentos reconhecidos diretamente no resultado do exercício e as reservas reflexas reconhecidas diretamente sobre o patrimônio líquido de suas controladas. **(h) Imobilizado -** O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e amortização acumulada. Os bens são depreciados pelo método linear, utilizando taxas anuais, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados. **(i) *Impairment* de ativos não financeiros -** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **(j) Provisões -** São reconhecidas para obrigações presentes (legais) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais quando existentes, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formaliza como resultado de eventos passados, sendo provável que uma